



CIRCULAR TÉCNICA DE INFORMAÇÃO

ADVISORY CIRCULAR

C.T.I. 16-01 – EDIÇÃO 2

ASSUNTO: ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA RELATIVO À SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL

1.0 APLICABILIDADE

Esta CTI é aplicável a todas as organizações de manutenção aprovadas de acordo com a EASA Parte 145 que possuam ou pretendam uma aprovação de acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil Brasileira (ANAC) RBAC 145.

2.0 DATA DE ENTRADA EM VIGOR

Esta CTI tem efeito a partir de 12 de agosto de 2016.

3.0 OBJETIVO

Esta CTI tem por objetivo divulgar informação e orientações para que uma organização de manutenção certificada pela Autoridade Portuguesa possa obter, manter ou alterar uma aprovação de acordo com a Regulamentação Brasileira RBAC 145, para manutenção de aeronaves e seus componentes registados no Brasil. As aprovações serão baseadas no “Maintenance Annex Guidance” (MAG), última revisão, segundo os requisitos regulamentares específicos do Anexo B ao Acordo Bilateral entre a União Europeia (UE) e a Republica Federativa do Brasil.

4.0 DESCRIÇÃO

4.1 Introdução

4.1.1 O Acordo entre a UE e o Brasil encontra-se em vigor desde 27 de agosto de 2013. Este é constituído por 16 artigos e 2 Anexos (A e B) e poderá ser consultado através do *website* da EASA, <http://www.easa.europa.eu/document-library/bilateral-agreements/eu-brazil>.

4.1.2 O objetivo deste Acordo em matéria de segurança na aviação é o de estabelecer harmonização, uniformização e cooperação entre a UE e o Brasil. Na Europa, a EASA será responsável pela gestão e supervisão da sua implementação e no Brasil essa tarefa foi atribuída à ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil).

4.1.3 Reconhecendo que se mantêm algumas diferenças entre os requisitos europeus e os Brasileiros, o Acordo permite a aceitação da certificação de aeronaves, componentes, equipamento, modificações e reparações, minimizando a duplicação de esforços associados às mesmas por ambas as partes. Este Acordo permite às Autoridades Aeronáuticas Europeias aprovar e supervisionar as organizações de manutenção RBAC 145, utilizando como base as aprovações EASA Parte 145.

4.1.4 O Acordo não estabelece requisitos de transição, pelo que este é aplicável a partir da sua data de entrada em vigor. O processo de transferência para a Autoridade Portuguesa dos registos das entidades de manutenção sediadas em Portugal, que possuíam à data do Acordo a certificação RBAC 145 foi concluído em dezembro de 2015.

4.2 Anexos ao Acordo

4.2.1 Anexo A- Certificação

O Anexo A ao Acordo abrange assuntos de Certificação, detalhados no TIP (“Technical Implementation Procedures”). O objetivo dos procedimentos

detalhados no TIP é o de definir os requisitos de interface entre a ANAC Brasil e a EASA para a importação, exportação e suporte de produtos aeronáuticos.

4.2.2 Anexo B – Manutenção

O Anexo B abrange assuntos relacionados com a manutenção de aeronaves e seus componentes, especificados no MAG (“Maintenance Annex Guidance”). Este estabelece orientações para que as organizações de manutenção aprovadas pela Autoridade brasileira localizadas no território dos Estados membros da UE deixem de ser diretamente supervisionadas pela Autoridade Brasileira, passando a sua supervisão a ser efectuada pela Autoridade Competente do respetivo Estado Membro.

Esta situação só é possível para organizações de manutenção ANAC RBAC 145 que possuam simultaneamente uma aprovação EASA Parte 145 válida, e com instalações num Estado Membro.

A supervisão será efectuada pela Autoridade Competente do Estado Membro, e centralizar-se-á na que já é feita para verificação do cumprimento dos requisitos EASA, adicionando a verificação dos requisitos regulamentares específicos e condições especiais necessários para satisfação dos requisitos da ANAC Brasil. As diferenças deverão estar descritas no Suplemento ao MOM associado à certificação EASA Parte 145. As auditorias às organizações aprovadas de acordo com a EASA Parte 145 serão tidas como crédito para satisfação da Autoridade Brasileira quanto ao cumprimento dos requisitos por parte da organização. Esta situação permitirá reduzir a supervisão anterior em que os requisitos Europeus e Brasileiros eram auditados independentemente, mesmo nas partes semelhantes.

5.0 **PROCEDIMENTO PARA NOVAS CERTIFICAÇÕES RBAC 145 EM PORTUGAL**

5.1 A Organização que necessite de uma aprovação de acordo com o ANAC RBAC 145, deve apresentar à ANAC Portuguesa, com uma antecedência mínima de 90 dias à data requerida para a certificação inicial, os seguintes documentos:

- a. Requerimento ANAC Form F-900-81 (<http://www2.anac.gov.br/certificacao/Form/form.asp>), devidamente preenchido; e
- b. Demonstração da necessidade de manter ou alterar um produto aeronáutico de registo brasileiro ou produtos aeronáuticos registados no estrangeiro a operarem sob as disposições da Regulamentação Brasileira; e
- c. Suplemento ANAC ao MOM (Parte 9 do MOM (AMC 145.A.70(a)) redigido em língua inglesa ou bilingue, em conformidade com os apêndices 1 e 2 da secção C ao MAG.

5.1 Esta Autoridade notificará, por escrito, a organização requerente do número de aprovação RBAC 145 que será utilizado durante o processo de certificação.

5.3 Quando a análise ao Suplemento ANAC ao MOM se revelar satisfatória, a Autoridade Portuguesa emitirá a carta de aprovação (Anexo 3), citando o número de aprovação Brasileiro e atestando que o Suplemento ANAC ao MOM se encontra aprovado. Esta carta especificará ainda que o âmbito de aprovação e limitações não deverá exceder o especificado no certificado e âmbito de aprovação EASA Parte 145, assim como, o seu prazo de validade (24 meses a partir da data de aprovação do suplemento).

5.4 A ANAC Brasil não cobrará nenhuma taxa às organizações de manutenção localizadas na Europa que requeiram a certificação ou a continuação de acordo com a RBAC 145 ao abrigo do Anexo B do Acordo EU/Brasil. Podendo, no entanto, esta situação ser alterada numa futura revisão ao regulamento brasileiro de taxas.

6.0 PROCEDIMENTO PARA CONTINUAÇÃO DA APROVAÇÃO RBAC 145

6.1. O inspetor responsável pela organização, incluirá no seu plano de supervisão, a verificação dos requisitos regulamentares específicos e condições especiais.

- 6.2 De forma a manter a sua aprovação, a organização de manutenção deverá:
- a. Permitir que a Autoridade Brasileira e que os inspetores desta Autoridade realizem inspeções para verificar o cumprimento com os requisitos da EASA Parte 145, os requisitos regulamentares específicos e as condições especiais da ANAC Brasil;
 - b. Aceitar que possam ser realizadas pela Autoridade Brasileira, investigações e execuções de acordo com as regras e diretivas da ANAC Brasil.
 - c. Cooperar com qualquer investigação ou ação de execução;
 - d. Continuar a cumprir com a EASA Parte 145, os requisitos regulamentares específicos e as condições especiais ANAC Brasil.
- 6.3 Se durante as auditorias forem detetados incumprimentos, que justifiquem a não existência de condições para a continuação da aprovação, esta Autoridade, tomará as ações devidas e notificará a ANAC Brasil e o Departamento de Manutenção e Produção da EASA.
- 6.4 A Organização de manutenção aprovada, deverá solicitar a esta Autoridade a continuação do seu certificado todos os 24 meses, devendo para tal:
- a. Submeter o requerimento ANAC *Form F-900-81*, devidamente preenchido, indicando a continuação e/ou alteração, conforme necessário; e
 - b. Demonstrar a necessidade de manter ou alterar produtos aeronáuticos registados ou operados sob as disposições dos Regulamentos RBAC Brasileiros; e
 - c. Submeter uma cópia atualizada do seu Suplemento ANAC ao MOM (apenas se o pedido para continuação for submetido juntamente com uma alteração).
- 6.5 O processo para continuação deverá dar entrada nesta Autoridade 60 dias antes da caducidade do prazo de validade do certificado.

6.6 Após análise satisfatória da documentação, será emitida uma nova carta de aprovação do suplemento ao MOM.

7.0 PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DA APROVAÇÃO RBAC 145

7.1 A Organização de manutenção aprovada, deverá solicitar a esta Autoridade, através da submissão do requerimento ANAC *Form* F-900-81e respectiva revisão do Suplemento ao MOM, as seguintes alterações:

- a. Endereço;
- b. Administrador Responsável; ou
- c. Nome da Organização e/ou Número de Aprovação.

7.2 Após a análise satisfatória à documentação, será emitida uma nova carta de aprovação do suplemento que será remetida à organização requerente.

8.0 SUPERVISÃO DA APROVAÇÃO RBAC 145

8.1 Esta Autoridade incluirá no seu plano de supervisão da organização de manutenção aprovada Parte 145, os requisitos regulamentares específicos e condições especiais da ANAC Brasileira para verificação do seu cumprimento.

9.0 SUSPENSÃO OU REVOGAÇÃO DA APROVAÇÃO RBAC 145

9.1 A suspensão da aprovação EASA Parte 145 tornará automaticamente, a carta de aprovação do suplemento ANAC ao MOM, inválida durante o período da suspensão. Como consequência desta suspensão, a organização de manutenção aprovada não poderá exercer os privilégios da sua aprovação RBAC 145.

9.2 A revogação da aprovação EASA Parte 145 tornará automaticamente, a carta de aprovação do suplemento ANAC ao MOM inválida. Como consequência

desta revogação, todos os privilégios da sua aprovação RBAC 145 serão removidos permanentemente e não poderão ser restabelecidos.

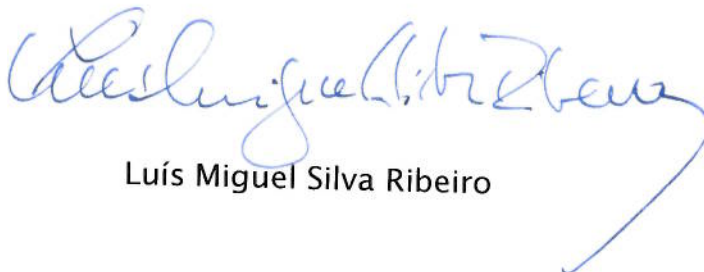
10.0 REFERÊNCIAS

- Acordo entre o Brasil e a União Europeia em matéria de segurança da aviação civil;
- MAG ("Maintenance Annex Guidance");
- Website da EASA: www.easa.eu.int;
- Website da ANAC Brasil: <http://www.anac.gov.br/>.

11.0 OBSERVAÇÕES

A presente CTI anula e substitui a CTI 16-01, Edição 1.

O PRESIDENTE



Luís Miguel Silva Ribeiro

EDIÇÃO 2 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

AUTORIDADE NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL
RELATÓRIO DE APROVAÇÃO ANAC RBAC 145

Parte 2 Findings/ANAC Specific Regulatory Requirements and Special Conditions Compliance Status

The AA inspector should complete the findings section of the ANAC Brazil annex to the surveillance form. The AA should place special emphasis on ensuring the findings and if necessary corrective action plans be included as an attachment to this form.

Audit Reference	Findings	Corrective Action		
		Date Due	Closed	Brief Description

Name and signature of inspector (s):

AUTORIDADE NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL

RELATÓRIO DE APROVAÇÃO ANAC RBAC 145
CONTROLO INDIVIDUAL DAS N/C's

NOME DA ORGANIZAÇÃO:

REFERÊNCIA DA APROVAÇÃO:

Refer. da Auditoria: DSO/MNP /

Nº	Não Conformidade	Nível	Corrigir até
DSO/MNP		Ass:	Data ____/____/____
Conhecimento da Organização	Responsável	Ass:	Data ____/____/____
ANÁLISE DAS CAUSAS			
Responsável	Posição	Assinatura	Data ____/____/____
AÇÃO CORRETIVA			
Responsável	Posição	Assinatura	Data ____/____/____
PARECER DA ANAC:			
		Prorrogação	____/____/____
		Encerramento	____/____/____
Auditor	Assinatura	____/____/____	

ANAC NC CO



Exmo. Sr. _____
da _____
Rua _____

Date:
N/Ref^a.: xxx/MNP/2016
Our File: DSO/MNP xxxxxxxx/2016
Your File: xxxxxxxxxxxxxx

Subject: EU/Brazil Agreement -Approval of ANAC Supplement

Dear Sir or Madam,

- 1) Considering the maintenance procedures covered by Annex B to the Agreement between European Union (EU) and the Federative Republic of Brazil on civil Aviation Safety and MAG (Maintenance Annex Guidance), this is to inform you that [organisation name] ANAC Supplement [revision xx], dated [__/___/___] is hereby approved by this Authority.

- 2) The ANAC RBAC 145 approval reference is:

[Organisation name]

ANAC RBAC 145 Approval Reference number: XXXX

Valid until:[__/___/___]

- 3) This supplement approval allows performing maintenance services on Brazilian registered aeronautical products subject to compliance with EASA Part 145 requirements and the specific regulatory requirements and special conditions as detailed in the Agreement Annex B Appendix B1 and the Maintenance Annex Guidance (MAG).
- 4) Please be reminded that the ANAC scope of ratings and limitations must not exceed the ones specified in your Part 145 approval certificate.
- 5) You are reminded that you will be required to submit your next application for renewal 60 days prior your continuation date in accordance with MAG Section C which is available on the EASA web site at: <http://www.easa.europa.eu/document-library/bilateral-agreements/eu-brazil>.

Best regards,

Chairman of ANAC Board

Luís Ribeiro

CC/....

Rua B, Edifício 4 - Aeroporto da Portela 4 - 1749-034 Lisboa - PORTUGAL
NIF - 504 288 806
Tel. +351 212 842 226 * Fax +351 218 402 398
www.anac.pt * e-mail: geral@anac.pt